

Memória e imaginários: estudo sobre a composição do Patrimônio Cultural material de Juiz de Fora (MG)

Memory and imaginaries: study on the composition of the material cultural heritage of Juiz de Fora (MG)

Dalila Varela Singulane

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

dalilavarela.s@gmail.com

Recebido em: 30/03/2020

Aprovado em: 07/05/2020

Resumo: Pretende-se no decorrer do artigo refletir sobre a formação do patrimônio histórico e cultural de Juiz de Fora, tendo em vista que este é essencialmente composto por obras de estrangeiros europeus guiados por preceitos positivistas e que, em certa medida, contribuíram para o silenciamento de tantas outras memórias marginais às aspirações da elite local que se pretendia moderna e industrial e ao seu restrito centro urbano. A partir da análise da historiografia, busca-se observar como a constituição do patrimônio histórico juiz forano e sua concentração espacial seguiu essa formação urbana, refletindo na criação de imaginários e memórias coletivas.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; imaginários; Juiz de Fora.

Abstract: It is intended in the course of the article to reflect on the formation of the historical and cultural heritage of Juiz de Fora, considering that it is essentially composed of works of European foreigners guided by positivist precepts and that, to some extent, contributed to the silencing of so many other marginal memories to the aspirations of the local elite that was intended modern and industrial and its restricted urban center. From the analysis of historiography, we seek to observe how the constitution of the historical patrimony forane judge and its spatial concentration followed this urban formation, reflecting in the creation of imaginaries and collective memories.

Palabras clave/Keywords: Cultural heritage; imaginary; Juiz de Fora.

“A cidade é coisa feita, fabricada”

A cidade enquanto bem cultural, como conceitua Meneses (2006), deve ser entendida como artefato, campo de forças e das significações. Observar a cidade a partir desses diferentes focos possibilita analisá-la de forma mais complexa e compreender suas dinâmicas. Assim, buscando entender a formação do patrimônio cultural urbano edificado de Juiz de Fora (MG) partimos da

percepção da cidade enquanto *artefato*, isto é, construída e planejada pela ação humana. Seus traçados, formas arquitetônicas e arranjos espaciais configuram nosso ponto de partida para entender a construção do imaginário coletivo na cidade mineira, não só porque é nesse aspecto que temos grande parte dos estudos concentrados, mas principalmente porque o traçado e espacialidade são aspectos importantes, se não determinantes, na história da cidade e, por isso, está refletida no seu patrimônio cultural.

Juiz de Fora conta, atualmente, com cento e noventa bens tombados, segundo dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal (2019), concentrando-se a maior parte deles no núcleo urbano que começou a se formar em 1838 com a inauguração da Estrada do Paraibuna, localizada na margem direita do rio homônimo. Apesar da ocupação do lado esquerdo da margem do rio marcar o início do povoamento da área que posteriormente se tornaria a cidade de Juiz de Fora, não há muitos bens protegidos legalmente nessa região que corresponde aos atuais bairros Santo Antônio, Costa Carvalho e Vitorino Braga. A ocupação dessa região se deu a partir na abertura do Caminho Novo¹, ainda em 1701, e “acredita-se que Garcia Rodrigues Paes encontrou dificuldades em vencer o alagadiço da várzea do rio, optando então a seguir pela margem esquerda, percorrendo a meia encosta das elevações” (CORDOVIL, 2013, p.67).

As terras da margem direita, até então subutilizadas, pertenciam aos herdeiros do Tenente Antônio Dias Tostes e sua ocupação é atribuída ao empenho do engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, responsável pelo projeto, que ao se casar com Cândida Maria Carlota Tostes herdou as terras. Halfeld foi um importante personagem da cidade e seus projetos urbanísticos e bem feitorias deram a ele a atribuição de fundador da cidade de Juiz de Fora. Sua notoriedade não era restrita ao espaço local, sendo sua trajetória profissional marcada por grandes projetos à serviço do Império. Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, nome de batismo do engenheiro que foi posteriormente aporuguesado, veio para o Brasil em 1825 para atuar no Imperial Corpo de Estrangeiros, dando continuidade a sua carreira militar iniciada aos dezoito anos no exército alemão. Em sua terra natal chegou a ocupar o cargo de tenente durante a batalha de Waterloo para expulsão das tropas francesas de Napoleão. Casou-se um ano antes de sua vinda com Dorotheia Augusta Filipa, primeira esposa das três que teria ao longo da vida. Trabalhou

¹ Iniciado em 1701 pelo sertanista Garcia Rodrigues Paes Leme, filho do bandeirante Fernão Dias Paes Leme, a estrada foi finalizada por seu cunhado Domingos Rodrigues da Fonseca em 1709. O Caminho Novo encurtou em cerca de vinte e cinco dias a viagem da região mineradora até o Rio de Janeiro. Anteriormente, utilizava-se a estrada conhecida como Caminho Paulista ou Caminho Velho em que o trajeto durava em torno de cem dias, o que era uma grande preocupação para Coroa Portuguesa já que os produtos transportados ficavam expostos a toda sorte (CORDOVIL, 2013, p.63 *et seq.*).

posteriormente a sua saída do exército na *S. John Del Rey Mining Company* e nas minas do Barão de Cocais².

Inaugurada em 1838 a Estrada Nova do Paraibuna, contornava, em grande parte, o trajeto já existente do Caminho Novo, que foi ampliado. Porém, ao chegar à porção norte do arraial de Santo Antônio do Parahybuna, aonde hoje se localiza o bairro Benfica, o engenheiro Halfeld julgou melhor abandonar o antigo percurso do Caminho Novo, passando a estrada para a margem direita do Rio Paraibuna, aonde havia uma região de Várzea, o que tornaria o percurso mais plano, facilitando a circulação. (BATISTA, 2015, p.45).

A troca de percurso também é atribuída à intenção de Halfeld de valorizar suas terras, sendo que o casal doou lotes para construção de uma “nova igreja matriz, vias públicas, dentre outras benfeitorias nesse ‘novo centro urbano’ que se formava” (BATISTA, 2015, p.47). A maior parte dos estudos³ destacam esse momento como início da urbanização da localidade que viria a ser Juiz de Fora, uma vez que se começava a pensar sobre a ocupação do solo urbano, seu ordenamento e estética. Ao analisar o processo de urbanização da cidade observa-se a partir da planta desenhada pelo engenheiro alemão em 1844 que a ordenação se fazia de forma mais sistemática na margem direita, onde se instalaram casas com “jardins, pomares, hortas, chiqueiros, galinheiros (...)”. A planta evidencia o alinhamento pré-definido por Halfeld para as edificações no lado direito (SANTOS, 2008 *apud* BATISTA, 2015, p.49) e seu maior número (Capela de Santo Antônio do Juiz de Fora, dois ranchos e vinte e seis casas) em comparação ao lado esquerdo (quatorze casas).

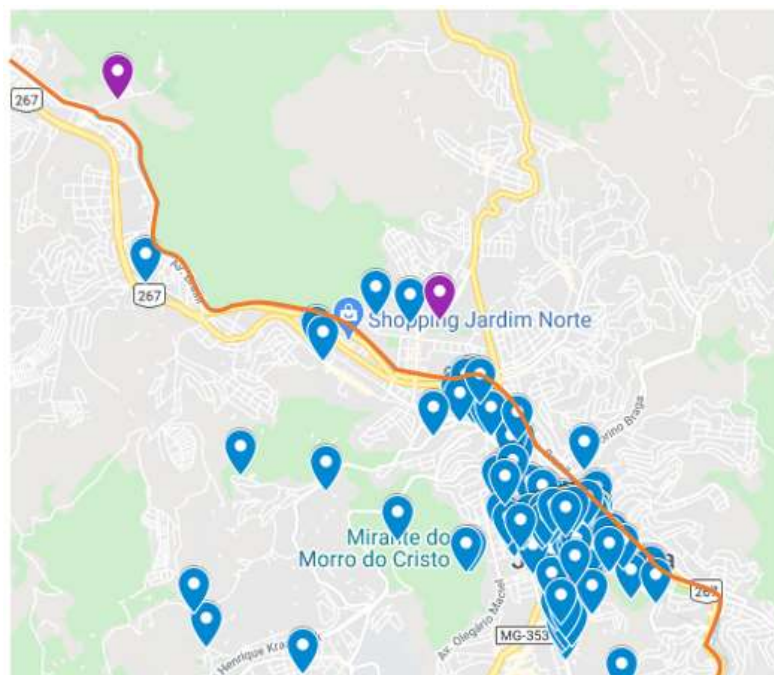
A marcação dos bens tombados no mapa permite uma melhor visualização da concentração espacial do que é considerado importante histórica e culturalmente para o município. Como pode-se observar, os bens protegidos estão concentrados na margem direita do rio, resguardando a empreitada de Halfeld na construção de um novo núcleo urbano que deixaria para trás o passado rural. Do lado esquerdo, temos poucos bens tombados, como é possível visualizar no mapa, sendo que apenas dois imóveis representam o primeiro momento de ocupação estimulado pela passagem

² Apesar da importância econômica que a estrada representou para Minas Gerais e para o Império, ao possibilitar um trajeto menos sinuoso, Halfeld é largamente reconhecido da historiografia por conta de seus estudos sobre o rio São Francisco. Ainda durante sua passagem pelo exército brasileiro foi notado por seus projetos viários e por isso recebeu o convite para realizar uma densa pesquisa sobre a navegação do rio, uma vez que este, segundo Oliveira (*apud* FIORAVANTI, 2016, p.93) “era um rio estratégico para o Império, por ser capaz de integrar as províncias do Sul, especialmente Minas Gerais e Rio de Janeiro, com as do Norte, sobretudo Bahia e Pernambuco”. Partindo da cidade de Pirapora, Halfeld e sua equipe pesquisaram durante os anos de 1852 e 1854 a viabilidade e custo das obras necessárias para tornar o São Francisco mais navegável, contribuindo assim para efetivação das aspirações do governo de D. Pedro II. O pioneiro trabalho entregue em 1860 foi editado em três volumes, “sendo um relatório descritivo léguas por léguas; outro, o perfil longitudinal, e o terceiro, cartas topográficas, traçando com minúcias detalhes do canal de navegação preferido então pelas barcas que trafegavam na região” (ROCHA, 1940, p.210).

³ Ver: BARBOSA, 2016; BATISTA, 2015; CORDOVIL, 2013; MORATORI, 2017.

de tropeiros e viajantes que utilizavam o Caminho Novo, assim como as atividades agricultoras e utilização da mão-de-obra escrava durante século XIX: a Fazenda da Tapera⁴ e a Fazenda Ribeirão das Rosas⁵, ambas destacadas em roxo no mapa.

Figura 1: Bens tombados de Juiz de Fora com foco na área central. Destacado em laranja o trecho do rio Paraíba que corta a cidade.



Fonte: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Google Maps. Marcação feita pela autora, 2019.

A concentração de bens culturais na margem direita longe de ser obra do acaso histórico, é reflexo direto do *campo de forças* onde a cidade se desenvolveu. As disputas envolvendo o espaço urbano eram protagonizadas pela elite local, que estava mergulhada nas contradições tão presentes na formação e consolidação da nação brasileira durante o século XIX e XX. Esse momento também de consolidação de Juiz de Fora, sua recém-formada burguesia aspirava uma cidade em

⁴ Segundo o Processo de Tombamento Municipal nº2209, de 1988, da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Garcia Rodrigues Paes foi contemplado pela Coroa Portuguesa com quatro sesmarias, além de mais uma para cada um de seus filhos ao longo do Caminho Novo. O coronel Domingos Rodrigues foi nomeado como Cobrador das Estradas e Provedor dos Quintos, tendo para isso estabelecido “o Registro e fundando nele uma fazenda de criação e cultura que lhe permitiu lucros e uma vida abastada”. A Fazenda da Tapera compreendia a área onde hoje estão localizados os bairros Santa Terezinha, Bandeirantes, Gramma e Granas Betânia. Passou a pertencer ao Alcaide Mor Tomé Correia Vasques após seu casamento com Antônia Teresa Maria Paes, filha de Garcia. O local teria funcionado como primeira repartição pública da região.

⁵ Tombada pelo Processo Municipal nº1396/99. Decreto/ Data: 6967/25.01.01. Segundo histórico disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, a sede da fazenda foi erguida na sesmaria concedida pelo Governador da Capitania de Minas Gerais a Manuel Vidal Lage. Dom Pedro I e a Imperatriz Dona Maria Amélia, em viagem a Vila Rica, pernoveram na fazenda em janeiro de 1831. A edificação, remanescente da abertura do Caminho Novo, foi construída na década de 1770, em estrutura autônoma de madeira e com vedação de pau-a-pique.

moldes europeus e seu desenvolvimento andava a passos largos com o investimento privado em todo tipo de obra pública, como energia elétrica, estação telegráfica e cinema, invenções que marcaram a passagem do século. Contudo, sua principal fonte econômica foi sobretudo a cafeicultura⁶, que financiava o desenvolvimento da localidade desde 1830, segundo Barbosa (2016, p.17), sendo que em 1855 o município se apresentava como o principal produtor da rubiácea mineira. O censo populacional apontava para um total de 27.722 habitantes, a qual 16.428 eram pessoas escravizadas, sendo a grande maioria homens (GUIMARÃES, 2006, p.44). O trabalho escravo era utilizado não só na lavoura, como também na transformação do núcleo urbano, segundo o historiador Caio da Silva Batista (2015, p. 56), uma vez que “a mão de obra escrava foi utilizada nas construções dessas edificações e nas obras públicas, estes, em muitos momentos, dividiam o trabalho com livres pobres, estrangeiros e libertos”.

De acordo com Elione Guimarães, o Barão de Bertioga durante as décadas de 1850 e 1860 usou parte de seus duzentos escravos, alguns deles oficiais e auxiliares de pedreiro, carpinteiro, marceneiro e pintor, para construir casas e sobrados no Lamaçal [região do Alto dos Passos] (...), esses cativos também edificaram a [antiga] Santa Casa de Misericórdia, uma igreja, uma coluna hidráulica e um teatro (...) na década de 1850. Todas essas benfeitorias se localizam no atual terreno onde está a Santa Casa de Misericórdia. (BATISTA, 2015, p.67).

Assim, Juiz de Fora caminhava a luz dos preceitos liberais e urbanizava-se conforme moldes importados da Europa, porém apoiada na mão de obra escrava, contradições que acompanhavam a vida cotidiana no Brasil, como ressaltam os trabalhos reunidos na coleção de Novais e Schwarcz (1998). A urbanização que se desenvolveu ao longo da Rua Direita, hoje Avenida Barão do Rio Branco, demonstra a atenção de Halfeld às novas ideias que ganhavam espaço no cenário europeu e, que sistematizadas, foram nomeadas dentro de uma nova disciplina: o urbanismo⁷. Logo após a revolução industrial, observa-se um rápido e vultoso crescimento demográfico nas cidades europeias, implicando diretamente na forma e uso dos centros urbanos. Nesse momento, as cidades, refletindo o movimento da sociedade, deveriam se adaptar à nova realidade que incluiria não só as máquinas, mas também novas dinâmicas e ritmos. Para tanto, seriam necessárias profundas alterações, sendo a primeira delas a “racionalização das vias de comunicação, com

⁶ Juiz de Fora apresentava uma das maiores produções de café de Minas Gerais no século XIX, sua proximidade a capital federal e disponibilidade de solo, além do clima propício, foram de grande importância para o sucesso da cafeicultura.

⁷ Urbanismo é um termo recente utilizado por G. Bardet em 1910, corresponde a uma nova realidade que reflete a expansão da sociedade industrial observada no fim do século XIX. Debruçando-se sobre o problema caracterizado pelo planejamento da cidade maquinista, condição colocada bem antes de sua criação, ainda nas décadas iniciais dos oitocentos (CHOAY, 1965, p.2 *et seq.*).

abertura de grandes artérias e a criação de estações, depois a especialização bastante ativada dos setores urbanos (...)", criação de órgãos que mudariam o aspecto da cidade e por fim, a suburbanização (CHOAY, 1979). Assim, os centros urbanos começaram a ser repensados e reformas estruturais de grande impacto começam a se proliferar, como no caso da Paris de Haussmann.

Nascida já na segunda metade do século XIX, o município de Juiz de Fora distanciou-se das concepções encaixadas dentro do que seria a "mineiridade"⁸, sendo sua urbanização concebida dentro das concepções da modernidade que já estavam *in voga* na Europa. Distanciou-se das cidades barrocas símbolos de Minas Gerais, onde a colonização portuguesa e o período colonial são mais aparentes no espaço citadino, como Ouro Preto, capital do estado à época. Na cidade da Zona da Mata "(...) havia uma aproximação com a capital federal, com o cosmopolitismo carioca. Dessa forma, a urbanização de Juiz de Fora difere muito de como ocorreu nas cidades barrocas, organizando-se espacial e socialmente com a industrialização, como afirma Vanda Vale" (BARROS, 2008, p.23), ao mesmo a cidade se tornava tão importante quanto essas antigas localidades mineradoras. "Segundo Oliveira (1966, p.93), em 1861 o município ocupava a terceira posição na Província em arrecadação de impostos, '(...) atrás de Ouro Preto e São João Del Rei'. Não demoraria em ser o primeiro, o que aconteceu já em 1870, merecendo por isso receber a alcunha de 'Princesa de Minas'" (CORDOVIL, 2013, p.108).

Em 1860 outro estrangeiro aparece como figura central na sua urbanização, o engenheiro Gustavo Dodt⁹, contratado pela Câmara Municipal para elaborar a primeira planta cadastral da cidade. Não localizamos muito a respeito da biografia do engenheiro, contudo foi possível encontrar algumas informações sobre ele através da pesquisa em jornais da década de 1860, uma vez que este projetou a canalização do rio Ceará-Mirim (JORNAL DO COMÉRCIO, 1864) e a construção de uma ponte sobre o rio Parnaíba, em Teresina (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL, 1868), tendo ambos recebido grande atenção da

⁸ Utilizamos o termo no sentido analisado por Reis: Mineiridade é uma construção imaginária, com base na história, elaborada por uma elite política que se apropriou de fatos históricos regionais e, portanto, de particularidades de uma região de Minas, tornando-a universal (...). A mineiridade baseia-se no mineiro que habitava a região central das Minas do século do ouro, região produtora do ouro rapidamente povoada e colonizada nos anos iniciais do setecentos. (REIS, 2007, p. 89-98)

⁹ Importante notar que por muitas vezes o sobrenome de Gustavo é grafado como sendo "Dott" nos estudos sobre a cidade de Juiz de Fora, porém através da pesquisa pelo engenheiro na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional encontramos maiores resultados com a grafia "Dodt". No livro "Ruas da cidade: Juiz de Fora", da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA) – Prefeitura de Juiz de Fora, 2004, o nome de Gustavo também aparece como "Dodt", logo usaremos essa grafia no decorrer do texto.

imprensa. Segundo o Jornal do Comércio de 1869, o “prussiano Dr. Gustavo Luiz Guilherme Dodt, engenheiro civil, [era] casado [e] residente na província do Piauí”.

No geral, o traçado do engenheiro seguiu as diretrizes anteriormente pensadas por Halfeld, porém, segundo Carvalho (2005, p.4), a preocupação de Dodt concentrou-se em estabelecer um plano essencialmente viário para a recém instituída Juiz de Fora¹⁰. Sendo nesse momento estabelecido de fato as ruas que conformam o triângulo central, onde hoje está o maior número de bens protegidos da cidade. Através das modificações propostas no plano é possível notar estratégias higienistas para maior salubridade da cidade com a definição de alguns equipamentos urbanos, como um cemitério, um matadouro e um hospital, estando todos estes localizados fora do triângulo.

Em seu plano de arruamento, Dott apresentava uma determinação geométrica das recém-criadas vias de circulação, assim como, trazia a perspectiva de uma cidade que rompia com a herança colonial das mineradoras, demonstrando uma clara preocupação com a questão estética e construído sobre “(...) uma malha ortogonal sobreposta a dois grandes eixos (...)”, que seriam a Rua Direita e a então Rua D. Pedro II (atual Getúlio Vargas). (CORDOVIL, 2013, p.106).

Pelo traçado é evidente a preocupação do engenheiro em setorizar alguns equipamentos públicos, além de delimitar o centro da cidade através de um triângulo formado por três vias periféricas: Rua Direita (já neste plano, a antiga Estrada do Paraibuna – ou Rua Principal – ganha esta nova denominação), Rua Dom Pedro II (parte da Estrada União e Indústria) e Avenida Independência (que seria derivada da canalização do córrego de mesmo nome). (CARVALHO, 2015, p.4-5).

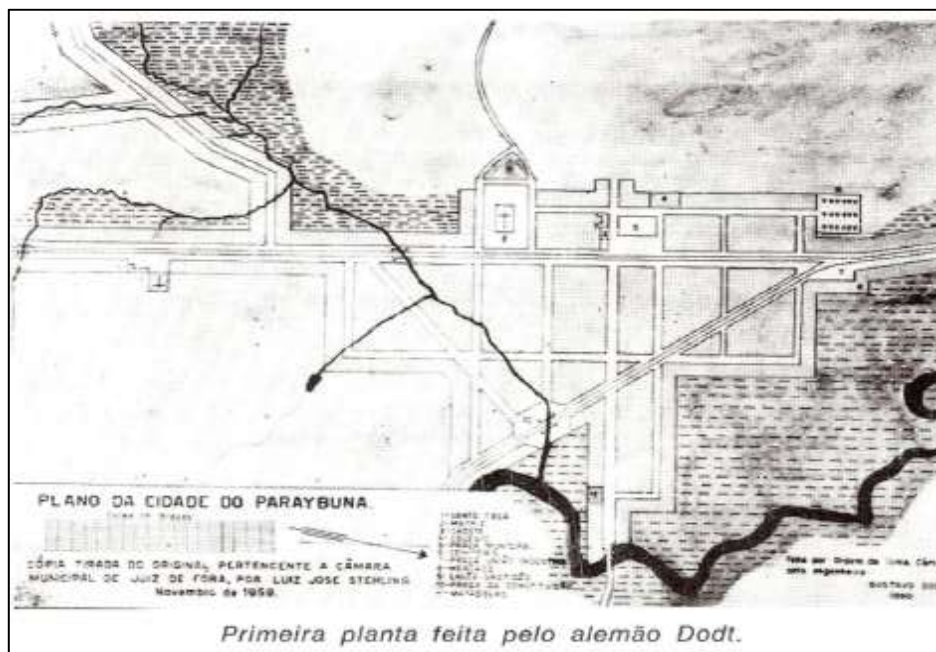
Cordovil (2013, p.105) aponta que a contratação de Dodt encontra explicações diferentes dentro da historiografia, sendo que para Jair Lessa (1985) seria “mais uma estratégia da elite local, criar normas a fim de evitar que as recém-construções que surgiam indisciplinadamente, não prejudicassem o futuro da cidade”. Já para Passaglia (1982), esta “seria uma empreitada muito mais comemorativa, tendo em vista a elevação da categoria administrativa da localidade, do que uma real resposta à procura por novos lotes”.

Segundo a planta de Dodt, a cidade “contava com quatro praças e dezessete ruas, além de 177 edificações”, um vertiginoso crescimento quando comparado aos números trazidos pela planta de Halfeld, cerca de dezesseis anos antes, onde há apenas o registro de 44 casas, ou seja, observa-se “um crescimento de 137 novas moradias” (CORDOVIL, 2013, p.106). Todavia, Gustavo Dodt

¹⁰ Inicialmente a região era denominada paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, onde havia o arraial de Santo Antônio do Paraybuna, que foi elevado em 1850 a categoria de Vila e em 1865 a Cidade do Juiz de Fora.

não cumpriu todas as exigências deliberadas pela Câmara, que acabou por suspender a última parcela de seu pagamento. O engenheiro, por exemplo, não seguiu a instrução de que todas as ruas perpendiculares à Rua Direita fossem abertas até a serra adjacente à cidade (CARVALHO, 2005, p.4).

Figura 2: Planta desenhada por Dodt.



Fonte: CORDOVIL, Wilton Dias. ANEXO III - Planta da cidade do Paraibuna de 1860. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2013, p.242.

A crítica ao trabalho realizado por Dodt não se limita ao contrato com a Câmara juiz forana. Em 1870, o periódico “Piauhy”, órgão do Partido Conservador, publicou um manifesto do engenheiro em resposta as acusações feitas em artigo de outro jornal, o “Liberal Piauhyense”, que responsabilizava de forma enfática Dodt pelo desmoronamento da torre da Igreja de Nossa Senhora das Dores (PIAUHY, 1870, p.4). Na publicação que ocupa três colunas do impresso, Gustavo Dodt se defende das acusações esclarecendo que quando foi contratado já haviam sido construídas as fundações do prédio, assim como já estavam em “altura excessiva” as torres e própria edificação. O engenheiro atribui o desmoronamento ao solo da capital que ele classifica como não muito sólido e, por isso, não aguentaria uma edificação tão pesada. Acusado de fazer “sangrar os cofres públicos” por conta de uma outra obra que havia sofrido estragos, o engenheiro também se defende atribuindo estes danos ao terreno em que a rampa em questão foi construída, uma vez que “não tinha outra obra semelhante na Theresina em que se pudesse estudar o terreno, quo se manifestou tão pouco resistente naquelle lugar, que uma obra, que em toda outra parte tinha

havido a necessária resistência, se mostrou por culpa do terreno neste insuficiente” (PIAUHY, 1870, p.4).

A primeira planta cadastral de Juiz de Fora limita-se entre o atual Largo do Riachuelo e o Alto dos Passos, não havendo preocupação em reformas urbanas na margem esquerda do Paraibuna, onde se localizava inclusive a fazenda do Juiz de Fora¹¹, que dera origem ao nome da localidade, e acredita-se ter sido construída por volta de 1719 (PASSAGLIA, 1982, p.182). Também não trazia a região do Morro da Gratidão, que segundo Cordovil (2013, p.108) foi responsável pelo crescimento econômico da cidade sobretudo na década de 1870 por conta dos empreendimentos de Mariano Procópio ali instalados. Essa área da cidade representaria um segundo eixo de urbanização, uma vez que Procópio instalou além de seus empreendimentos, três colônias – Villagem, Borboleta e D. Pedro II (atuais bairros Fábrica, Borboleta e São Pedro, respectivamente) – para seus trabalhadores livres de origem germânica, contratados para trabalhar na construção da Estrada União e Indústria, pela Companhia homônima. O autor afirma que a localidade “representaria a materialização dos interesses de uma jovem burguesia emergente, reconhecendo a localidade como favorável ao desenvolvimento de seus interesses” (CORDOVIL, 2013, p.108) e não se sabe por que, estranhamente, essa região não aparece na planta de Dodt.

Atualmente a memória e história desses trabalhadores imigrantes conta com dois registros de manifestações culturais como patrimônio da cidade e pelo menos seis edificações tombadas a nível municipal¹². Vindos entre os anos de 1856 e 1858, os germânicos contratados tinham origem principalmente no Tirol, Hessem, Badem, Prússia, Hosteim, Scheleswig, e vieram trabalhar como

¹¹ A Fazenda Velha do Juiz de Fora foi o primeiro imóvel da cidade a receber atenção especial quanto sua importância histórica e cultural. Ainda em 1939, apenas dois anos após a promulgação da primeira lei federal de proteção ao patrimônio, o Prof. Lindolfo Gomes encaminhou solicitação ao então presidente do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco, para que a fazenda fosse tombada pela União (PASSAGLIA, 1982, p.10). Contudo, em 1946 a fazenda foi demolida mesmo havendo mobilização por parte da imprensa e sinalização favorável à sua preservação por Mello Franco. Segundo relato de Lindolfo Gomes ao periódico Diário Mercantil, o então diretor do SPHAN iniciou uma negociação com a prefeitura, representada pela figura do prefeito José Celso V. Pinto, para que a municipalidade adquirisse o imóvel e depois o doasse ao Serviço de Patrimônio. Porém, as transações de compra e doação não foram efetivadas, levando a ruína da edificação e sua consequente demolição (PASSAGLIA, 1982, p.178-9).

¹² **Bens registrados à nível municipal:** Pão Alemão (Processo 1506/10. Decreto/ Data: 10.232/06.05.10) e Festa Alemã (Processo nº 007.039/10. Decreto/Data: 13.730/ 14.09.2019). **Bens tombados à nível municipal:** R. Hermam Tolêdo - São Pedro (Capela Santana - Processo 2907/05. Decreto/ Data: 9326/25.09.07); Av. Senhor dos Passos, s/n (Igreja de São Pedro - Processo 3504/99. Decreto/Data: 7548/18.09.02); Av. Sr. dos Passos, 1082 - São Pedro (Igreja de Confissão Luterana de São Pedro - Processo 2908/05. Decreto/ Data: 9242/02.07.07); R. Ten. Paulo Maria Delage, 930 – Borboleta (Residência - Processo 4557/97. Decreto/ Data: 9453/18.02.08; Praça do Imigrante alemão – Borboleta (Marco Comemorativo do Centenário da Imigração Alemã em Juiz de Fora - Processo 6911/10. Decreto/ Data: 10.777/15.07.2004); Rua Bernardo Mascarenhas, 1334 (Curtume Krambeck - Chaminés e parede da fachada principal – Declaração de Interesse Cultural: Chaminés. Processos 5550/92 2017/03. Decreto/ Data: 4961/27.01.94 6331/19.11.98 8406/26.11.04).

engenheiros, técnicos e operários (ALMEIDA, 2015, p.61). Contrariando as expectativas criadas por Mariano após seu retorno dos estudos nos Estados Unidos e Europa, a estrada, apesar de “modelo e única no mundo”, segundo relato do naturalista Agassiz, não manteve seu sucesso por muito tempo, visto a chegada da estrada de ferro em 1875 (CORDOVIL, 2013, p.111).

A autorização para contratação de 2.000 colonos foi dada pelo Governo Imperial com a condição que 400 destes se dedicassem a produção agrícola, assim como a autorização para a construção da estrada desde que essa não se utilizasse mão de obra escrava. O que não aconteceu, segundo Cordovil (2013, p.119). O autor afirma baseando-se nos principais estudos sobre Juiz de Fora que a composição dos trabalhadores da Companhia União e Indústria era de 70% a 80% cativa.

Segundo Giroletti (1988, p.63), de acordo com o relatório de prestação de contas encaminhado por Mariano ao Presidente da Província, (...) trazia a quantia destinada ao pagamento (...) [do] aluguel de mais de mil escravos junto a proprietários da região a fim de executar os trabalhos de construção da rodovia. Para comprovar essa afirmação, o autor faz uso dos dados quantitativos da Companhia União e Indústria em 1858, afirmando que no trecho entre Juiz de Fora e Paraíba do Sul, trabalhavam 800 escravos e 336 trabalhadores livres, o que demonstraria a proporção de 70% de cativos para 30% de operários livres (CORDOVIL, 2013, p.120).

A chegada dos germânicos trouxe mudanças em aspectos culturais e econômicos de Juiz de Fora, como as primeiras manifestações da fé luterana na cidade, uma vez que pelo menos metade desses imigrantes eram dessa religião – gerando conflitos sociais, já que majoritariamente a localidade confessava o catolicismo (ALMEIDA, 2015, p.60). A fixação desses imigrantes também trouxe uma nova dinâmica econômica, não só pelo trabalho desempenhado por estes na construção da estrada e produção agrícola, como também porque com a falência do empreendimento de Procópio, os germânicos começaram a se dedicar a outras atividades, principalmente a produção de cerveja, aspecto esse que se tornou tradicional da cidade. A diversificação do tipo de produção nessa área – que estava no limite entre o que era considerado zona urbana e rural – pode ser atribuída ao tipo de ocupação priorizada por Mariano, segundo Cordovil (2013), que em muito se diferenciou do parcelamento do solo feito por Halfeld na outra parte da cidade. Procópio parcelou de forma a criar grandes lotes chamados “prazos”, que foram vendidos aos imigrantes a partir de 1859, possibilitando assim a habitação, cultivo ou instalação de indústrias. Já Halfeld projetou uma ocupação urbana em pequenos lotes, dedicados a moradia (CORDOVIL, 2013, p.120).

Buscando adaptar-se a todo tipo de inovação tecnológica, como os bondes puxados a tração animal, iluminação elétrica, sem esquecer a cultura e o lazer, Juiz de Fora chega ao final do século

XIX sendo também polo cultural de Minas Gerais (MUSSE et. al., 2017, p.17). “Diante dessas características, a cidade projetou em 1897 a primeira sessão de cinema de Minas Gerais. A exibição cinematográfica aconteceu com um aparelho Lumière, no mesmo mês em que o Rio de Janeiro, capital federal na época, recebia sua primeira exibição (...)” (MUSSE et. al., idem). Símbolo dos investimentos na área da cultura e entretenimento é o Cine Theatro Central, tombado a nível municipal e federal, que foi construído em 1929 com projeto do italiano Raphael Arcuri e pinturas parietais de Ângelo Bigi. A única edificação tombada pelo IPHAN na cidade, foi um ícone dos espaços de diversão, sendo também o “primeiro prédio feito em concreto armado” (OLENDER, 2011, p.35). Sua construção está ligada, segundo Olender (op. cit.), ao fechamento do Theatro Juiz de Fora que era comandado por Paschoal Segreto, grande empresário da diversão, dono de diversos cinemas e também italiano, que alugava o espaço na cidade desde 1905. As atividades desse antigo espaço findaram no final de 1925, e a lacuna deixada teria provocado a criação da Companhia Central de Diversões, em 1927, que tinha entre seus sócios Pantaleone Arcuri, pai de Raphael.

Raffaele Arcuri, nome de batismo de Raphael, nasceu em 1891, em Sant'Agata di Esaro mesma cidade de seu pai, e em 1911 depois de retornar de uma temporada em Nápoles assumiu a responsabilidade pela construtora. Projetou o novo prédio das Repartições Municipais em 1916, que segundo Marcos Olender apresentava

(...) características monumentais, cuja inauguração deu-se em 1918, filia-se ao repertório estético do ecletismo remetendo a arquitetura presente nas fachadas da Avenida Central do Rio de Janeiro mas possuindo, também, elementos oriundos da estética art-nouveau, conhecidos por Raphael a partir da sua estada em terras italianas, e utilizados por ele em vários outros projetos. (OLENDER, 2014, p.8-9).

A família Arcuri é proeminente no cenário urbano de Juiz de Fora, dos 190 bens protegidos na cidade, pelo menos 25 são assinados por um dos herdeiros de Pantaleone ou executados pela sua construtora, o que são quase 14% do total de patrimônios históricos e culturais da cidade, conforme tabela abaixo.

Tabela 1: Edifícios protegidos em nível municipal que tem projeto assinado por um dos membros da família Arcuri.¹³

Edificações	Processo / Decreto
Av. Barão do Rio Branco, 2234 – Repartições Municipais	Processo 3648/82. Decreto/ Data: 2865/19.01.83.

¹³ Este levantamento foi realizado pela autora para a disciplina “U.OpenLab: Laboratorio para el patrimonio digital”, ministrada durante o *Global July* (UFJF), em 2019, pela Prof. Maria Manuela Pinto, da Universidade de Porto, Portugal.

Av. Barão do Rio Branco, 2585 – Casa de Itália	Processo 6372/84. Decreto/ Data: 3359/01.10.85.
Rua Espírito Santo, 444 - Cia. Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri	Processo 7021/87. Decreto/ Data: 4095/28.12.88.
Praça da República – Marco Comemorativo do Centenário de Juiz de Fora	Processo 1906/96. Decreto/ Data: 5812/23.12.96.
Rua Antônio Dias, 300 – Castelinho dos Bracher	Processo 4541/97 Decreto nº 6462/99
Av. Francisco Bernardino, S/N - Associação Comercial	Processo 5814/97. Decreto/ Data: 6333/19.11.98.
Av. Getúlio Vargas, 455 - Banco de Crédito Real (inclusive Museu e arquivos) Pinturas decorativas parietais.	Decreto/ Data: 4719/29.12.92 8248/28.05.04.
Av. Barão do Rio Branco, 3353 - Capela Senhor dos Passos	Processo 4438/97. Decreto/ Data: 7403/22.05.02.
Rua Espírito Santo, 374 - Companhia Mineira de Eletricidade (Castelinho da Cemig)	Processo 4512/97. Decreto/ Data: 6600/27.12.99.
Praça João Pessoa, S/N - Cine-Theatro Central	Processo 3821/82. Decreto/ Data: 2860/19.01.83.
Av. dos Andradas, S/N - Colégio Santa Catarina	Processo 0861/86. Decreto/ Data: 3918/25.02.88.
Rua Halfeld, 675 - Edifício São Sebastião	Processo 4521/97. Decreto/ Data: 6942/26.12.00.
Av. Barão do Rio Branco, 2153/2161/2165 - Edifício Ciampi	Processo 4529/97. Decreto/ Data: 6742/21.06.00.
R. Halfeld, 828 - Edifício Clube Juiz de Fora	Processos 1907/96-4528/97. Decreto/ Data: 5869/07.03.97 7475/25.07.02 7593/24.10.02.
Av. Getúlio Vargas, S/N - Escola Normal	Processo 0505/86. Decreto/ Data: 4406/07.12.90.
Rua Marechal Deodoro, S/N - Galeria Pio X	Processos 4418/04 e 4417/04. Decreto/ Data: 9896/16.06.09.
Praça Hermenegildo Vilaça - Igreja de São Sebastião	Decreto/ Data: 7306/19.03.02.
Rua Santos Dumont, 215 - Igreja Nossa Senhora do Rosário	Processo 3208/00. Decreto/ Data: 7201/05.12.01.
Rua Sampaio, 300 - Instituto Granbery	Processo 3209/00. Decreto/ Data: 7476/26.07.02.
Rua Espírito Santo, 764 - Palacete Felett	Processo 1104/94. Decreto/ Data: 11.519/25.03.13.
Rua Halfeld, 559 - Palacete Pinho	Processo 4519/97. Decreto/ Data: 7205/05.12.01.
Praça Dr. João Penido, 74 - Hotel Príncipe	Processo 4442/97. Decreto/ Data: 6553/08.11.99.
Rua Braz Bernardino, 59 - Sociedade Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora	Processo 4917/99. Decreto/ Data: 8448/30.12.04
Rua Espírito Santo, 651 - Vila Iracema	Processo 5325/97. Decreto/ Data: 6505/18.08.99.

Rua Antônio Dias Tostes, 310 - Casa Raphael Arcuri	Processo 4542/97. Decreto/ Data: 12.391/08.07.15.
--	--

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora. Bens Imóveis Tombados (atualização em 04.10.2017). Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta_funalfa_patrimonio_arquivos/bens_tombados.pdf. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

Nascido na cidade de Sant’Agata d’Esaro, Pantaleone veio pela primeira vez para o Brasil com seu pai Angelo Raffaele Arcuri em 1876, época em que aconteceu o primeiro grande movimento de imigração de italianos para o país (OLENDER, 2011, p.48). Todavia, é somente em 1887 que Pantaleone se fixa no Brasil – em um documento transcrito pelo historiador Paulino de Oliveira e citado por Marcos Olender (op. cit.), Pantaleone diz residir em Juiz de Fora desde esse ano. Membro da elite juiz forana, Arcuri mantinha estreitas relações com políticos locais, como o advogado e jornalista Antônio Carlos e o médico Dr. João Nogueira Penido Filho.

Em 1895, fundou junto com seu cunhado a construtora Pantaleone Arcuri & Timponi, tendo a sede da empresa localizada na rua Espírito Santo, estrategicamente perto da Companhia Mineira de Eletricidade que distribuía a energia elétrica vinda da Usina de Marmelos e da grande fábrica têxtil de Bernardo Mascarenhas. A companhia de Pantaleone foi construída juntamente com um complexo habitacional para a morada de seus trabalhadores, que em geral também tinham a mesma nacionalidade e eram contratados diretamente na Itália. “Este complexo industrial e habitacional era um dos orgulhos da paisagem urbana local sendo, portanto, também eternizado em [cartão] postal” (OLENDER, 2011, p.55). Parte da edificação retratada no cartão foi demolida (falamos da que em sua parte superior encontra-se uma escultura), mas o prédio ao lado que também fazia parte da Cia. foi protegido pelo Decreto Municipal nº4095/28.12.88, processo de tombamento nº7021/87.

Figura 3: Cartão Postal Cia. Pantaleone Arcuri & Spinelli.



Fonte: Blog Maurício resgatando o passado.

O registro do primeiro projeto de Pantaleone é para uma loja de armas, encomendado pelos Irmãos Grippe e datado de 1899. Segundo Olender (2011, p.57), “o desenho da fachada (...) apresenta várias das características comuns àquela arquitetura de inspiração neorrenascentista praticada pelos mestres-de-obras de origem italiana, não só em Juiz de Fora, mas também em outras cidades do Brasil, inclusive Rio de Janeiro (...)”. Além do Cine Theatro Central, outro projeto da construtora ainda em 1900, compõe a memória coletiva de Juiz de Fora: o atualmente chamado Parque Halfeld. Localizado no coração da cidade, o Jardim Halfeld (nome original) foi projetado e construído após a Pantaleone Arcuri & Spinelli – novo nome após o fim da sociedade com Pedro Timponi – vencer a concorrência.

Com projeto assinado pelo técnico Salvatore Noraroberto, o novo jardim público ocuparia o espaço onde inicialmente aconteciam espetáculos circenses e touradas e que foi transformado na década de oitenta do século XIX em jardim, que segundo relatos, estava abandonado. A reforma do espaço foi uma iniciativa do “Coronel Francisco Mariano Halfeld, filho do engenheiro alemão que havia projetado o traçado das ruas do centro da cidade (...)” (OLENDER, 2011, p.60). O destaque da empresa ainda se daria por conta dos ladrilhos hidráulicos de fabricação própria que estão em grande parte das edificações por eles construídas. Tamanho destaque a construtora adquiriu que, em 1906, a Pantaleone Arcuri & Spinelli participou da “Exposição Internacional de Milão”, no pavilhão “Italianos no Exterior”. “A firma (...) estará presente no pavilhão com um

‘álbum contendo 50 fotografias de edifícios construídos em Juiz de Fora; 100 qualidades de madeira em outras tantas pecinhas envernizadas de um lado; 42 ladrilhos, desenhos e coloridos diferentes’, organizados em um *stand* próprio” (OLENDER, 2011, p.96).

A fundamental importância desses imigrantes italianos para a construção civil de Juiz de Fora pode ser constatada, por exemplo, na leitura dos processos de solicitação de obras, demandados entre 1893 e 1940. Dentre 1110 processos levantados e analisados, 702 (64%) projetos foram elaborados por esses imigrantes (81 construtores) ou por suas firmas. Destes, 300 (43%) foram realizados a pedido de outros imigrantes italianos e 402 (57%) para proprietários não italianos.

Dentre estes projetos, 702 (cerca de 64% do total) foram elaborados por estes italianos ou por suas firmas (num total de 81 construtores), sendo que 300 (43%) deles projetos foram feitos para seus patrícios e 402 (57%), para proprietários não italianos. Entre os construtores, se destacam pelo volume de projetos, Pedro Scapin (36%, realizados a partir do início da década de 1920) e Pantaleone Arcuri e sua Companhia Construtora (responsável por 23% dos projetos, realizados a partir de meados da década de 1890). (OLENDER, 2014, p.5).

Pantaleone Arcuri se mantinha intimamente ligado à sua terra natal sendo responsável também pela construção da Casa d’Itália em Juiz de Fora, órgão do governo fascista para controle e difusão de suas ideias para os italianos em outras partes do mundo. Segundo Olender (2008, p.164), “Pantaleone esteve, pessoalmente e profissionalmente, à frente de várias iniciativas de difusão da citada ideologia em Juiz de Fora. Participou da fundação, em 1932, e foi o primeiro presidente da Sociedade Dante Alighieri local, (...) cooptada pelo fascismo nos últimos anos da década de 1920 (...)”. Com projeto de Raphael, a Casa d’Itália foi edificada na principal avenida da cidade, contava com uma sala para o *Fascio*, bem como seu símbolo na fachada, no portão e no piso de um dos cômodos do prédio. Conforme lista apresentada acima, o prédio também é tombado pela municipalidade.

A expressão dos Arcuri na construção civil nos chama a atenção até pelo menos a década de 50 do século XX, com os projetos de Arthur Arcuri, também filho de Pantaleone. Formado em engenharia pela Escola Politécnica em 1937, começou-se a se interessar pela arquitetura por influência dos sobrinhos que estudavam na Escola de Belas Artes. Estudou por conta própria os escritos de Le Corbusier e em 1941 foi convidado pelo “médico João Villaça para projetar a nova Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, sendo responsável pelo projeto de três residências na mesma década” (SINGULANE; AVELAR, 2019, p.4). Mantinha estreita relação com intelectuais da época que também participavam do movimento modernista, assumiu cargo no atual IPHAN de 1948 a 1970, a convite de Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Há uma quantidade expressiva de imóveis modernistas em Juiz de Fora que são obras de Arthur Arcuri, sendo a casa de Frederico de Assis um ícone não só do modernismo juiz forano, como também ganhou destaque no campo da preservação do patrimônio. Isso porque a residência, que abrigou de 1973 a 2002 o Colégio Magister, mobilizou a opinião pública à época com a notícia de sua venda e demolição, pois era por muitos considerado um lugar de memória, conforme destaca Almeida (2012, p.207 *et. seq.*). Projetada em 1955 para atender a grande família de Assis, que tinha treze filhos, a habitação era um autêntico exemplar da arquitetura modernista, segundo descrição feita por Braga e Lima (s/d) e citada por Singulane e Avelar (2019). A edificação foi demolida em 2004 após não conseguir o número de votos necessários para o tombamento (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2003). Esse processo envolvendo um dos Arcuri demonstra uma outra faceta da urbanização da cidade, uma vez que ele é permeado pela questão da especulação imobiliária, problemática confirmada pelo relato do próprio arquiteto quando consultado pela imprensa sobre o caso do Colégio Magister declarando, segundo Singulane e Avelar (2019, p.7) aludindo ao texto de Almeida: “a medida [o tombamento] seria ‘um ônus muito grande para o proprietário. Trata-se de uma rua central. O terreno vale mais do que a casa’. No entanto, o arquiteto relatou que lamentaria se o novo proprietário destruísse a casa, pois a considerava um bom projeto seu”. Além desses, atualmente se encontra em aberto processo de tombamento para outra residência que tem projeto de Arthur, a casa localizada à Av. José Procópio Teixeira, 90, no bairro Bom Pastor.

Abaixo uma listagem com os projetos modernistas de Arthur Arcuri:

Tabela 2: Projetos de Arthur Arcuri.

Projeto	Ano
Santa Casa de Misericórdia	1941
Residência João Villaça	1948
Residência Romeu Arcuri	1949
Residência Jorge Miana	1950
Residência Horácio Loyola Pires	1950
Marco Centenário de Juiz de Fora	1950
Residência Virgínia Mendes Torres	1951
Residência Luiz Stheling	1952
Residência Hugo Mescolin	1953
Colégio Magister / residência Frederico Assis	1955
Residência Geraldo Magela	1957

Fonte: VIEIRA, Bernardo da Silva. A composição arquitetônica nas residências de Arthur Arcuri. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 142.06, *Vitruvius*, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.142/4270>>. Acesso em: 25 de fev. de 2020.

Por fim, um projeto modernista de autoria de outro membro da família Arcuri chama atenção: a residência construída para o médico Antônio Carlos. Comparada no processo de tombamento aos projetos da arquiteta Lina Bo Bardi (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2008), a residência apesar de atribuída no processo a Arthur, seria na verdade de Hugo Arcuri, filho de Raphael. O imóvel também não foi tombado pelo conselho encarregado devido principalmente as modificações que aconteceram no seu exterior.

Conclusão

As reformas e desenvolvimento do espaço urbano, modificou a percepção da cidade para seus habitantes e visitantes. Ao longo da segunda metade do século XIX e, sobretudo, no momento da virada de século, “multiplicavam-se os apitos, as chaminés e os edifícios industriais com tijolos vermelhos aparentes, inspirados em grande parte numa arquitetura industrial europeia que, naquele momento eram vistas pela emergente burguesia capitalista, como sinônimos de desenvolvimento e modernidade” (CORDOVIL, 2013, p.148). A partir da análise do patrimônio edificado de Juiz de Fora, enquanto artefato e campo de forças, pudemos observar como este se apoia e reverbera os ideais empreendido pela elite, isto é, a imagem de “Manchester Mineira”, como apelidou o poeta Antônio Salles, denominação esta que pouco lembra de seu passado agrário e escravocrata, afastando também a imagem urbana do lamaçal característico da sua área central.

A construção e permanência dessa memória sobre a cidade é abordada por Neto (2008), que mostra a capilaridade desse discurso na sociedade mesmo após mais de 80 anos desde a notícia no periódico “O Pharol”, que relatava as diversas alcunhas recebidas por Juiz de Fora, por seu destaque no cenário político, econômico e intelectual do país, principalmente, nas décadas finais do século XIX e até meados dos anos 1930, recorte que dá suporte a representação “Manchester Mineira” (NETO, 2008, p.79). Esta modernidade refletida na escolha do seu patrimônio histórico, como buscamos mostrar de forma ampla ao longo do texto, consolidou-se na mentalidade social conforme aponta Neto (2008, p.74), sendo interessante uma listagem feita pelo autor a partir da lista telefônica do município no ano de 2006, onde havia pelo menos vinte e três estabelecimentos comerciais que incorporaram o nome “Manchester”.

O patrimônio acompanha a narrativa de fundação da cidade pelos traçados de Henrique Halfeld e seu pensamento urbanista que buscava estabelecer grandes vias, passando por Gustavo Dodt, também germânico, e seu higienismo, estabelecendo preceitos de salubridade ao fixar longe das moradias o matadouro e o cemitério, além de canalizar o córrego que cortava a cidade, possibilitando a construção de uma das mais importantes avenidas de Juiz de Fora, a antiga Avenida Independência, hoje Itamar Franco. O núcleo urbano definido por ambos engenheiros permanece até hoje como área central, possibilitando a leitura de uma urbanização que crescia com olhos voltados ao cosmopolitismo do Rio de Janeiro.

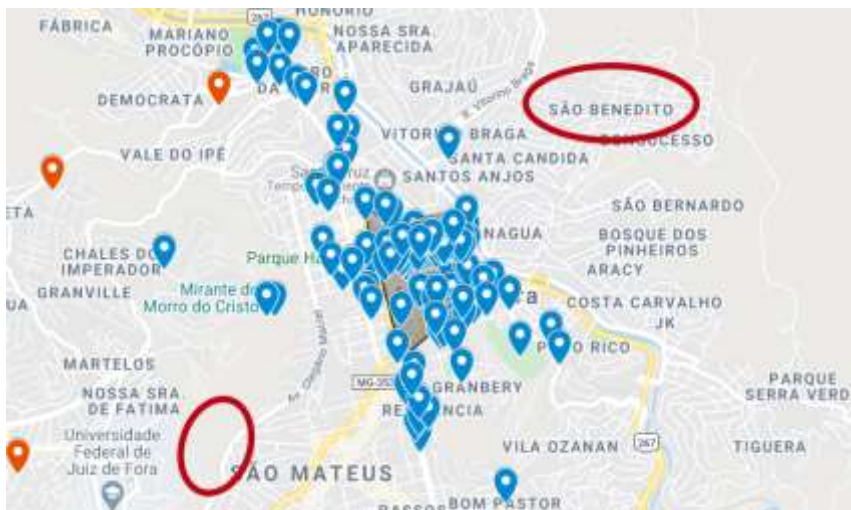
Aliando mão de obra livre e escrava desenvolveu-se as largas vias, estradas de rodagem e todo tipo de obra pública. Contudo, seriam os germânicos a serem lembrados pelo patrimônio histórico e cultural nessa fase da urbanização juiz forana, uma vez que contratados por Mariano Procópio para trabalhar na Estrada União e Indústria estes estabeleceram um novo núcleo de ocupação por conta da localização de suas colônias. Esses indivíduos dividiam o trabalho com os escravos da companhia e após a falência dessa, uma parte significativa criou suas próprias indústrias.

Nesse contexto, a família italiana Arcuri ganhou destaque na construção civil e aplicação de novas técnicas para edificações, são deles expressiva quantidade de obras públicas e privadas que temos hoje protegidas como patrimônio histórico e cultural juiz forano. Através da história da Pantaleone Arcuri & Spinelli pode-se ver além da mudança estética da cidade, também o associativismo e ajuda mútua dos imigrantes italianos em terras estrangeiras, uma vez que pelo menos 50% da empresa era composta por trabalhadores dessa nacionalidade. Também é possível analisar a rede de sociabilidade que havia entre as elites do período, desde as amizades de Pantaleone com políticos como Antônio Carlos e sua ligação com o fascismo italiano, até Arthur com Burle Marx e Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Juiz de Fora foi uma das cidades que mais produziu café no século XIX, que para tanto utilizou largamente a mão de obra escrava. Os africanos e afrodescendentes eram mais de 50% dos habitantes da cidade, trabalhando não só com a lavoura – que gerava o capital possibilitador do desenvolvimento industrial rememorada pelo patrimônio –, como também na construção desta. Após a abolição, estes grupos continuaram nas áreas rurais trabalhando nas fazendas, cenário que só sofreu alteração a partir da década de 1920, quando houve queda da produção cafeeira. Concentraram-se nos atuais bairros São Benedito (antigo Arado) e Bom Bosco (Serrinha), “bairros integralmente negros, como verdadeiras ilhas em torno da área central” (OLIVEIRA, 2000, p.65

apud CORDOVIL, 2013, p.162). Com a marcação no mapa (em vermelho no canto superior direito, São Benedito, e no canto inferior esquerdo, Dom Bosco) podemos observar que não há bens reconhecidos pela municipalidade nestas localidades. O mapa enfatiza ainda a densa concentração de patrimônios da área central (bens protegidos em azul e laranja) em relação as áreas adjacentes.

Figura 5: Bairros São Benedito e Dom Bosco.



Fonte: CORDOVIL, Wilton Dias. Do Caminho Novo a Manchester Mineira: As dinâmicas sócio-espaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da Zona da Mata Mineira, p.162. Google Maps. Marcação feita pela autora, 2020.

O contraste não deve ser entendido como não existência de lugares de memória, espaços, manifestações ou materialidades que dizem da história e memória desses indivíduos que ocuparam essas áreas marginais ao centro comercial. Assim como em outras cidades, a não preservação está ligada a condução das políticas públicas no país e no município que, como se sabe, foram por muito tempo conduzidas por diretrizes que buscavam rememorar um passado específico, ancoradas em requisitos estéticos restritos. Em Juiz de Fora, poucos são os bens protegidos pela municipalidade que guardam a memória dos cativos, libertos e seus descendentes, sendo que de forma direta temos somente o “Batuque Afro-brasileiro de Nelson Silva”, registrado como patrimônio imaterial do município pelo processo nº5909/05.

Portanto, podemos ver que é, sobretudo, a memória dos imigrantes europeus que ganhou destaque na narrativa oficial, enfatizando o imaginário de uma cidade industrial que se desenvolveu a com força de trabalho livre e enraizando na memória coletiva a história de uma ocupação estrangeira e de uma elite investidora da causa pública, que se preocupava não só com o desenvolvimento econômico, mas também com seu desenvolvimento cultural e urbano. Entender

a cidade de forma complexa e como bem cultural é reconhecer nesse cenário engendrado e perpetuado pelas escolhas de bens o que Meneses (2006, p.36) classificam como o campo das *significações*, onde “as práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido”.

Ler a cidade é entendê-la, como sugere Pesavento (2004), antes como um palimpsesto, pois em toda sua materialidade temos camadas de memórias e histórias sobrepostas umas às outras. E assim como nesse tipo de pergaminho, mesmo com a tentativa de apagamento do que fora escrito, as marcas permanecem e quanto mais escrito e apagado, mais rastros de temporalidades se acumulam no palimpsesto. A desnaturalização dos discursos hegemônicos no campo da preservação possibilita a emergência de tantas outras memórias que devem também ser contempladas pelas políticas públicas de preservação, que desde a Constituição de 1988 e do Decreto nº3.551 de 04 de agosto de 2000 buscam traçar caminhos mais democráticos para sua aplicação.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. **Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através de manifestações populares na década de 1980**. Dissertação de Mestrado, UFJF, 2012.
- ALMEIDA, Patrícia Lage de. **O pão e a festa: patrimônio imaterial e turismo em Juiz de Fora (1969-2010)**. Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2015. 227 f.
- BARBOSA, Y. A. **Espaço, história e cidade: Uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX**. Dissertação de Mestrado. UFJF. 2016.
- BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade em Juiz de Fora: Modernização por fios e trilhos (1889-1915)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2008, 159f.
- BATISTA, C. S. **Cotidiano e escravidão urbana na Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG): 1850-1888**. Juiz de Fora: Funalfa, 2015.
- BRAGA, Raquel Dias Vieira; LIMA, Fabio José Martins de. Presença da Arquitetura Moderna em Juiz de Fora: Projeto de Residência de Arthur Arcuri para a Rua Brás Bernadino. In: **Docomomo**, s/d, s/p. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/130R.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2019.
- CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de. Urbanismo no século XIX: O Plano do engenheiro Dott para a cidade Juiz de Fora (MG), 1860. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.
- CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CORDOVIL, Wilton Dias. **Do Caminho Novo a Manchester Mineira: As dinâmicas sócio-espaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da Zona da Mata Mineira**. Dissertação de Mestrado. UFJF. 2013

FIORAVANTI, Carlos. O rio do Império. **Revista Pesquisa FAPESP**. São Paulo, Ed. 248, out. de 2016, p.92-94.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

MENESES, Ulpiano Bezerra. 2006. “A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano”. In: Victor Hugo Mori; Marise Campos Souza *et alli* (org.), **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN. pp.33-76.

MORATORI, Daniel. **As diretrizes legais na evolução urbana da Rua Marechal Deodoro (parte baixa): dos Códigos de Posturas às leis de proteção patrimonial**. Dissertação de Mestrado. UFJF. 2017.

MUSSE, Christina Ferraz; NETO, Gilberto Faúla Avelar; HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. **Os cinemas de Juiz de Fora: memórias do Cine São Luiz**. FUNALFA: Juiz de Fora, 2017.

NETO, Eduardo de Campos Bastos. **Mito e (re)invenção da “Manchester Mineira”. etnografia de um passeio “histórico-cultural” na cidade de Juiz de Fora**. Dissertação de mestrado. UFJF: Juiz de Fora, 2008.

NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea** (v.4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLENDER, Marcos. “Pedra miliar da nossa arte e da nossa estirpe”: A Casa d'Itália de Juiz de Fora. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v.14, n.2, p.161-185, 2008.

_____. A contribuição da imigração italiana na consolidação da paisagem urbana de Juiz de Fora. **3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - desafios e perspectivas**, Belo Horizonte, 2014.

_____. **Ornamento, Ponto e Nó: Da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri**. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2011.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora: Medidas Iniciais**. Juiz de Fora: Instituto de Pesquisa e Planejamento; Comissão Permanente Técnico-Cultural; Prefeitura de Juiz de Fora - MG, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Revista Esboços**, nº11 - UFSC, 2004, p.25-30.

PINTO, Fabiana Aparecida de Almeida Souza. **“Homem, poeta, cérebro, coração”: Lindolfo Gomes e o pensamento intelectual e preservacionista em Juiz de Fora**. Tese de doutorado: UFJF, 2018.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 89-98, maio 2007. ISSN 2237-8871.

ROCHA, Geraldo. **O Rio de São Francisco: Factor Precipuo da Existencia do Brasil**. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira: 5º ed., vol. 184. Companhia Editora Nacional, 1940.

SINGULANE, Dalila Varela; AVELAR, Karina. O modernismo na arquitetura residencial de Juiz de Fora (MG). **Anais do 13º Docomomo Brasil. 25 anos do Docomomo Brasil**. Salvador (BA), 2019.

UFJF. **Arthur Arcuri: um pingente da arquitetura homenageia expoente do modernismo**. Juiz de Fora, 29 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2013/04/arthur-arcuri-um-pingente-da-arquitetura-homenageia-expoente-do-modernismo/>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

VIEIRA, Bernardo da Silva. A composição arquitetônica nas residências de Arthur Arcuri. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 142.06, **Vitruvius**, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.142/4270>>. Acesso em: 25 de fev. de 2020.

Fontes:

DISCURSO PROFERIDO na sessão de 6 de julho de 1864. **Jornal do Comércio (RJ)**, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1864. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

INTERIOR: Notícias do Norte. **Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (RJ)**. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1868. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo nº 1327-T-1993**. Livro do Tombo Histórico: Inscr. nº 537, de 13/06/1994.

Juiz de Fora: 1891. **ALMANAK DE JUIZ DE FORA.**, Juiz de Fora, p.10-11. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

NATURALIZAÇÕES. **Jornal do Comércio (RJ)**. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1869. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo nº5909/05**. Decreto/Data:9.085/15.01.07. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo nº00954 de 2003. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento do Colégio Magister**. Processo nº0599 de 2002. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo de tombamento do imóvel nº 643, localizado à Rua Nossa Senhora de Lourdes**. Processo nº015761/2008. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Processo nº6.749/2010, v.01. Processo de tombamento do imóvel nº 90, Av. José Procópio Teixeira, Bom Pastor**. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Bens Imóveis Tombados (atualização em 10.07.2019)**. Divisão de Patrimônio Cultural, FUNALFA. Disponível em https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/arquivos/bens_tombados.pdf. Acesso em 06 de fev. de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Processo 3821/82**. Decreto/Data: 2860/19.01.83. Juiz de Fora: PJF/DIPAC.

PUBLICAÇÕES GERAES: Desmoramento. **Piauihy**. Theresina: 22 de janeiro de 1870, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.